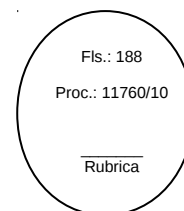




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



**PROCESSO Nº: 11.760/2010**

INFORMAÇÃO Nº: 055/2012

INTERESSADO: Ministério Público junto ao Tribunal

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal, com pedido de medida cautelar urgente, constituída na obrigação de fazer para que a operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal, Fácil- Brasília Transporte Integrado, mantivesse ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções. Decisão nº 1736/2010. Embargos de Declaração. Decisão nº 2280/2010. Representação nº 08/2010. Pela solicitação de esclarecimentos.

Senhora Diretora-Substituta,

Iniciam-se os autos com representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal, com pedido de medida cautelar, para que a operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal, Fácil – Brasília Transporte Integrado, mantivesse ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções, fls. 1/5.

2. Ao tomar conhecimento da peça exordial, o Tribunal proferiu a Decisão nº 1736/10, fl. 61, *verbis*:

*“II - tendo em conta a ausência de prestação de contas do Convênio nº 1/08-DFTRANS x FÁCIL Brasília Transporte Integrado, a despeito dos repasses de recursos públicos já efetuados a título desse ajuste, deferir a cautelar pleiteada, constituída na obrigação de fazer, para que a Transportes Urbanos do Distrito Federal – DFTRANS: a) tome as contas das empresas operadoras de transporte, a fim de apurar a quantidade de vales estudantis efetivamente utilizados, para, caso aprovadas, possibilitar resgate de novos recursos financeiros correspondentes, consoante previsto nas Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do Convênio de Cooperação Administrativa nº 001/2008 (DFTRANS*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 189  
Proc.: 11760/10

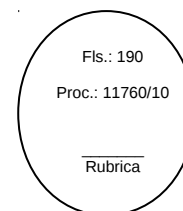
Rubrica

*x Fácil), nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4320/64 e no § 3º, incisos I e II, do artigo 116 da Lei nº 8666/93; b) tão logo examine as contas a que se refere o item anterior, encaminhe-as a esta Corte de Contas; c) determine à FÁCIL Brasília Transporte Integrado, operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal (SBA/DF), que mantenha ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções, até a efetiva aprovação de suas prestações de contas pelo DFTRANS e por esta Corte de Contas, vez que a remuneração por tais serviços é efetuada mediante ressarcimento dos custos operacionais correspondentes, na forma prevista nas Cláusulas “5.1.7” e “7.4” do Convênio nº 001/2008 (DFTRANS x Fácil) e no o artigo 59 da Lei nº 4011/2007, não dependendo, portanto, dos repasses financeiros a que se referem as Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do mesmo ajuste; d) alerte a FÁCIL Brasília Transporte Integrado de que o descumprimento do item “c” acima poderá provocar a rescisão do Convênio nº 1/08 e encampação dos serviços, nos termos da Cláusula 11.1 do Convênio nº 1/08; III – determinar à 3ª ICE: a) o processamento dos autos em apartado; b) o exame da matéria, autorizando, desde já, procedimento de inspeção, em regime prioritário, para verificação dos seguintes pontos: b.1) adequação do instituto do convênio à contratação em tela, devido ao aparente conflito de interesses, uma vez que a FÁCIL Brasília Transporte Integrado é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mas representada pelos operadores do STPC, mais especificamente os Senhores Wagner Canhedo Azevedo Filho, Eduardo Queiroz Alves e Victor Berthonico Foresti; b.2) ausência de prestação de contas ao DFTRANS e ao TCDF, por parte da empresa FÁCIL Brasília Transporte Integrado; b.3) medidas de fiscalização que são adotadas pela jurisdicionada em relação ao vale estudantil; IV – autorizar o encaminhamento de cópia da representação e do relatório/voto da Relatora ao DFTRANS e à FÁCIL Brasília Transporte Integrado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem os esclarecimentos que entenderem cabíveis sobre os fatos ora questionados.”*

3. Inconformada com a deliberação plenária, a empresa Fácil Brasília Transporte Integrado apresentou Pedido de Reconsideração, fls. 72/95. Posteriormente, a empresa solicitou que aquele recurso fosse recebido como Embargos de Declaração, em face de possível obscuridade do *Decisum*, fls. 96/190.
4. Ao examinar o mérito da peça recursal, o Tribunal esclareceu que a Decisão nº 1736/10 não havia veiculado determinação expressa de suspensão do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



repassse dos créditos referentes ao passe livre estudantil, aduzindo que tal possibilidade somente ocorreria no caso de rejeição das contas da FÁCIL pelo DFTRANS, Decisão nº 2280/10<sup>1</sup>, fl. 212.

5. Naquela oportunidade, o Tribunal determinou ao DFTRANS que examinasse os documentos encaminhados à Corte pela FÁCIL, nos quais a empresa alegava prestar contas diariamente àquele Departamento desde o início do benefício. A possibilidade de revisão, aperfeiçoamento ou substituição do Sistema de Bilhetagem Automática, em face das peculiaridades do modelo concebido pela Lei nº 4.462/10 também foi comunicada ao Poder Executivo.

6. Posteriormente, foi apresentada a Representação nº 08/2010, também da lavra do Ministério Público que atua junto a esta Corte de Contas, fls. 223/231, noticiando o agravamento da situação inicialmente exposta, vez que a FÁCIL continuou suspendendo os repasses de créditos virtuais quando os créditos financeiros não eram creditados na instituição bancária previamente. Assim, o *Parquet* solicitou a requisição da empresa FÁCIL da prestação de contas e do cadastro dos beneficiários do programa, bem como determinação ao DFTRANS para indicação das condições para encampar o serviço prestado, a curto prazo, e quanto à existência de procedimento licitatório.

---

<sup>1</sup>“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - conhecer: a) dos documentos juntados ao feito; b) do recurso interposto pela Fácil Brasília Transporte Integrado contra a Decisão nº 1736/10, sob a forma de Embargos de Declaração; II - no mérito, dar provimento ao Recurso em questão, para o fim de esclarecer que a Decisão nº 1736/10 não veiculou determinação expressa de suspensão do repasse dos créditos referentes ao passe livre estudantil, bem assim que essa possibilidade dar-se-á apenas em caso de rejeição das contas da FÁCIL pelo DFTRANS; III - determinar ao Transporte Urbanos do Distrito Federal - DFTRANS que proceda, em caráter de urgência, ao exame dos documentos anexados pela FÁCIL, às fls. 100 a 190 dos autos, que ora lhe são encaminhados por cópia, haja vista a alegação da Recorrente de que vem prestando, diariamente, e desde o início da concessão do benefício, as contas ora reclamadas pelo Ministério Público; IV - comunicar ao Poder Executivo distrital que a manutenção dos repasses financeiros, em prol do interesse público, circunstanciada pelo caráter social de que se reveste a operacionalização do sistema de passes estudantis, não impede que o Poder Executivo local estude a revisão, ou o aperfeiçoamento, ou a substituição do Sistema de Bilhetagem Automática, consideradas as nuances e peculiaridades do caso, advindas do modelo concebido pela Lei nº 4.462/10; V - dar ciência desta decisão à Embargante, ao DFTRANS e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, mediante encaminhamento de cópia do relatório/voto da Relatora, inclusive; VI - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE. Decidiu, mais, acolhendo proposição da Relatora, mandar publicar, em anexo à ata, o referido voto.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 191  
Proc.: 11760/10  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

7. Em 09 de fevereiro de 2011, nova representação foi formulada pelo MPJTCDF, fls. 361/368, reiterando os termos das manifestações anteriores.

### **INSPEÇÃO**

8. Por meio da Nota de Inspeção nº 01-11760/2010-3ª ICE/Divisão de Contas, fls. 393/394, foram solicitados os seguintes esclarecimentos/documentos ao DFTRANS:

- cópia dos expedientes que comprovam o cumprimento do determinado no item II da Decisão nº 1736/2010 e no item III da Decisão nº 2280/2010 (prestação de contas da empresa Fácil);
- pareceres emitidos acerca da análise das prestações de contas apresentadas pela FÁCIL, concernentes ao Passe Livre Estudantil, desde a sua instituição pela Lei nº 4.462/10;
- as medidas de fiscalização que foram adotadas, no âmbito o DFTRANS, em relação ao efetivo controle do Passe Livre Estudantil, até então a cargo da FÁCIL;
- ações já implementadas e em andamento para encampar o serviço prestado pela FÁCIL, quanto ao Passe Livre Estudantil.

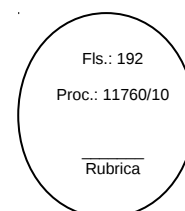
9. Por meio da Instrução nº 50, de 29 de março de 2011, o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS instituiu Grupo de Trabalho para atendimento da mencionada Nota de Inspeção nº 01-11760/2010, fl. 10-Apenso. Em consequência, foi autuado o Processo nº 098.00.793/2011 (apenso), encaminhado à Corte em 13 de outubro de 2011.

### ***Da prestação de contas***

10. Em relação ao primeiro questionamento da NI, o DFTRANS informa que foi instituído Grupo de Trabalho, pela Instrução de Serviço nº 79, de 07 de maio de 2010, Processo nº 098.001.326/2010, com a finalidade de tomar as contas das empresas operadoras de transporte, a fim de apurar a quantidade de passes



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



estudantis efetivamente utilizados, assim como apurar os valores repassados pela Fácil/DF à DFTRANS, no período de fevereiro de 2008 a maio de 2010, fl. 104-Apenso. Noticiou-se ainda que este documento teria sido encaminhado ao Diretor-Geral do DFTRANS.

11. O relatório final dos trabalhos produzidos pelo aludido grupo consta às fls. 35/62 do processo apenso. Oportuno transcrever as conclusões ali apresentadas:

*“Antes de realizar a análise sobre a efetividade dos vales estudantis utilizados no período de janeiro de 2008 a julho de 2010, é necessário, primeiramente, remeter a duas situações distintas no custeio do vale estudantil, quais sejam:*

*a) A situação exposta no art. 21, II da Lei Distrital nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, a qual concedia um desconto de 2/3 (dois terços) do valor integral da tarifa, para os estudantes; e*

*b) A atual situação do Passe Livre Estudantil, prevista no art. 2º da Lei Distrital nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, o qual prevê o custeio integral da passagem estudantil pelo governo do Distrito Federal.*

*Durante a vigência da Lei nº 239/1992, as empresas pertencentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC/DF arcavam com 2/3 (dois terços) da passagem estudantil e o restante, 1/3 (um terço), obtinham sob a forma de receita.*

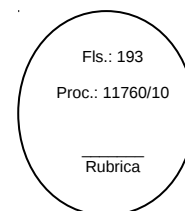
*Na atual sistemática, do Passe Livre Estudantil, a passagem é integralmente custeada pelo Distrito Federal, portanto, os 2/3 (dois terços) antes custeados pelas empresas agora é totalmente custeado pelo Governo.*

*Traduzindo: na atual sistemática, as empresas vêm obtendo um superávit considerável e não previsto sem que haja qualquer acréscimo em seus custos operacionais e em, evidente, detrimento do erário público, de ver que a diferença financeira consiste em aporte de capital pelo tesouro da DFTRANS.*

*Mister se faz destacar-se que o excesso consistente dos 2/3 (dois terços) do total dos vales estudantis utilizados representa enriquecimento sem causa, pois, se antes da vigência da Lei nº 4.662/2010 as empresas conseguiam se sustentar – e lucrar – recebendo apenas 1/3 (um terço) das passagens estudantis, de forma que agora que elas recebem o valor integral, estão tendo excelente sobra de receitas e, repita-se, em prejuízo do tesouro.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



(...) temos que o valor total de passes estudantis **utilizados** no período de 09 de fevereiro a 30 de julho de 2010, de acordo com os 'Relatórios de Resgate de Créditos' (...), foi de R\$ 28.362.071,64, e o valor dos passes estudantis utilizados, de acordo com o 'Resumo Sintético de Recarga de Créditos – Estudante' apresentado pela empresa FÁCIL/DF foi de R\$ 27.793.716,74.

Resta assim a **diferença de R\$ 568.355,00** entre o valor apresentado pela empresa Fácil e o extraído dos Relatórios de Resgate de Créditos.

(...)

Assim, se o valor do resgate/utilizado foi de R\$ 568.355,00 a mais, temos que o Saldo Circulante deve ser diminuído da mesma quantia. Portanto, o **Saldo Circulante correto é de R\$ 8.564.801,94**.

(...)

Nesta sistemática, a DFTRANS repassa à empresa Fácil/DF a quantia destinada aos créditos do Passe Livre Estudantil e esta última apropria-se desses recursos financeiros momentaneamente, até a utilização pelo usuário final (estudante).

Quando ocorre a utilização do cartão pelo estudante, o Sistema de Bilhetagem Automática registra o débito, e este débito é compilado nas informações contidas no Relatório de Resgate de Créditos de Passageiros Transportados no STPC/DF, na coluna "Estudante".

Essas informações contidas no Relatório de Resgate de Créditos são utilizadas como forma de prestação de contas dos vales estudantis utilizados no período, sendo que os créditos disponibilizados ao Passe Livre devem, teoricamente, coincidir com os créditos utilizados pelos estudantes.

Ocorre que na atual sistemática, a Fácil/DF acaba recebendo antecipadamente o dinheiro referente ao Passe Livre, inserindo em forma de créditos (lastreados com os recursos financeiros recebidos da DFTRANS) nos cartões e, somente após a utilização destes cartões pelos estudantes é que a Fácil/DF presta contas, sob a forma de emissão do Relatório de Resgate de Créditos.

Desta forma, os recursos disponibilizados antecipadamente pela DFTRANS à Fácil/DF tornaram-se passíveis de utilização por esta empresa sob a forma de aplicação com outras finalidades que não de ordem pública, ou seja, a realização de poupança com dinheiro público.

Ademais, a empresa Fácil/DF não possui um controle dos créditos





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 194  
Proc.: 11760/10  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*não utilizados pelos estudantes. Sendo assim, uma vez que são inseridos créditos nos cartões dos estudantes a Fácil/DF, desde já, apropria-se do dinheiro correspondente disponibilizado pela DFTRANS e não utilizado pelos estudantes.*

*(...)*

*Com a instauração do Sistema do Passe Livre Estudantil, a Receita do vale-transporte estudantil no período de fevereiro a junho de 2010, aumentou para R\$ 28.362.071,74 (...)*

*Desta forma, com o Passe Livre Estudantil, a participação das Receitas com os estudantes em relação às Receitas totais do sistema STPC/DF teve um aumento de mais de 04 (quatro) vezes (...), o que representa um valor da ordem de mais de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões) a mais de Receita.*

*Ressalte-se que esse acréscimo de Receita não foi acompanhado de aumento dos custos, devido a estrutura antes utilizada pelos usuários estudantes ter permanecido a mesma, com exceção à implementação dos cartões eletrônicos, pois antes funcionava com bilhetes em papel.*

*Entretanto, essa implementação do Sistema de cartões para estudantes não representou acréscimo nos custos, visto que a Fácil/DF é ressarcida de todas as suas despesas operacionais pela DFTRANS, mediante prestação de contas.*

*(...)*

*Constatamos a existência da ‘empresa desconhecida’ nos Relatórios de Resgate de Créditos dos Passageiros Transportados no Sistema STPC/DF, para a qual existem receitas registradas, porém, não há o cálculo da taxa de administração de 3,846% e, conseqüentemente, a taxa não é recolhida à DFTRANS.*

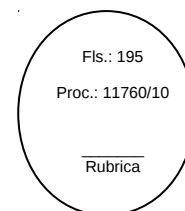
*(...)*

*Desta forma, deixou-se de recolher aos cofres da DFTRANS a quantia de R\$ 15.566,03, referentes à taxa de administração (3,846%) da ‘empresa desconhecida’ constante nos Relatórios diários de Resgate de Créditos de Passageiros Transportados no Sistema STPC/DF, nos anos de 2008 a 2010.”*

12. Conforme noticiado à fl. 104-Apenso, o referido relatório foi encaminhado ao Diretor-Geral do DFTRANS. Todavia, não há qualquer informação acerca das providências porventura adotadas em razão das constatações do grupo de trabalho.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



13. No que diz respeito aos documentos encaminhados pela FÁCIL (item III da Decisão nº 2280/2010), esclarece o Grupo de Trabalho não ter tido acesso a estes expedientes e que a área jurídica daquela Autarquia iria se manifestar, entretanto, não sabe informar se foi ou não emitido algum parecer. Pondera ainda que a Gerência de Custo e Tarifas do DFTRANS não recebeu relatórios diários emitidos pela empresa FÁCIL, fl. 105-Apenso.

14. Relativamente à existência de pareceres acerca das prestações de contas apresentadas pela FÁCIL, informa a Jurisdicionada que não existem tais documentos “vez que a Gerência de Custos e Tarifas, responsável por tal atividade não tinha dados do SIT – Sistema de Informação de Transporte, para poder confrontar com as informações apresentadas pela FÁCIL”. Assinala, também, que os dados apresentados por aquela empresa não estavam em conformidade com os ditames da Lei nº 4.462/2010, impossibilitando a conferência, fl. 105-Apenso.

***Do controle do Passe Livre Estudantil***

15. Quanto às medidas de fiscalização para efetivo controle do Passe Livre Estudantil, assevera ter sido produzido um relatório de revisão do cadastro de estudantes, encaminhado ao Diretor-Geral da Autarquia, fls. 94/99-Apenso, no qual foram relacionados os seguintes problemas, fl. 106-Apenso:

- dados divergentes no cadastro de estudantes;
- problemas relacionados com o preenchimento dos campos nos sistemas da FÁCIL;
- problemas de software;
- problemas na análise de linhas e tarifas.

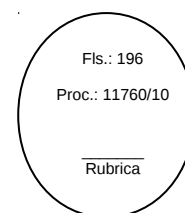
16. Não há qualquer informação sobre as medidas porventura adotadas em face de tais constatações.

17. No que concerne às ações tendentes à assunção dos serviços prestados pela FÁCIL, quanto ao Passe Livre Estudantil, o grupo de trabalho noticia a edição do Decreto nº 32.815, em 25 de março de 2011, que determinou à





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



DFTRANS, como gestora do sistema de Transporte Público do Distrito Federal, a assunção integral da prestação dos serviços e o exercício das competências sob responsabilidade da FÁCIL, tendo sido estabelecido, para tanto, o prazo de 90 (noventa) dias, fls. 106/107-Apenso.

18. Informa que, para dar cumprimento ao aludido normativo, foi criado um grupo de trabalho em 29 de março de 2011 a fim de realizar os atos preparativos e executivos destinados à assunção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e, em consequência, o controle do passe estudantil (Instrução nº 51/2011, fl. 102-Apenso).

19. Quanto a este tópico, importa registrar que a Secretaria de Estado de Transparência e Controle realizou acompanhamento diário dos trabalhos atinentes à assunção do SBA pelo DFTRANS, durante aproximadamente 50 dias<sup>2</sup>.

20. O escopo do trabalho foi o acompanhamento das ações empreendidas quando da assunção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA pela DFTRANS, tendo sido desenvolvido no período de 21 de junho a 24 de agosto de 2011, cujos resultados foram consubstanciados no Relatório de Inspeção nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC.

21. Conforme consta na Informação nº 039/2012, produzida no Processo nº 21.313/07, a Secretaria de Transparência e Controle identificou as seguintes irregularidades no Sistema de Bilhetagem Automática:

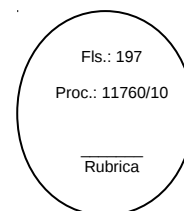
- indícios de superfaturamento nos repasses efetuados pela FÁCIL à empresa VALEX<sup>3</sup>, responsável por parte da operação do SBA;
- fragilidade e impropriedade no pagamento diário aos operadores do STPC/DF;
- pagamento aos operadores do STPC/DF via cheque administrativo resultando em custos ao DFTRANS e fragilidade no controle de pagamentos;

<sup>2</sup> Tais informações constam do Processo nº 480.000.848/2011, apenso ao Processo-TCDF 21313/07.

<sup>3</sup> A Valex era responsável pela venda/recarga de créditos em 5 postos de atendimento, fl. 05-verso-Apenso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



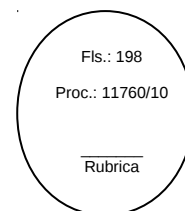
- receita de venda de segunda via de cartões apropriada indevidamente pela FÁCIL;
- renúncia de receita pela não aplicação do saldo circulante das faixas contábeis;
- usuários com benefício duplicado;
- falta de controle da gratuidade concedida os portadores de necessidades especiais;
- falha no bloqueio de cartões, ocasionando prejuízo ao erário;
- falta de controle da utilização dos cartões funcionais, gerando evasão de receitas;
- falhas no cadastro de veículos no sistema informatizado – TDMAX;
- frota sem permissão regular (excepcional);
- frota sem cadastramento;
- remuneração de validadores configurados com prefixos inexistentes ou de outras empresas<sup>4</sup>;
- idade da frota acima da permitida;
- liberação de equipamentos para operar no SBA sem intervenção do DFTRANS;
- habilitação de linhas de ônibus no SBA sem autorização do DFTRANS;
- deficiência no cadastro de linhas do SBA<sup>5</sup>;
- possível conflito de interesses pelo fato de diretor técnico do DFTRANS ser vinculado a uma das operadoras do STPC/DF;
- falta de controle do cumprimento da tabela horária por parte dos permissionários;
- falta de norma estabelecendo prazo e procedimentos para coleta e envio de informações pelos operadores do STPC-DF;

<sup>4</sup> O sistema remunera a empresa que é detentora do validador, a equipe de auditoria encontrou empresas atuando sob prefixos inexistentes ou de terceiros, demonstrando a fragilidade do controle da frota via SBA.

<sup>5</sup> Empresas operando em linhas não autorizadas e sob linhas de outras operadoras.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



- falhas nos relatórios de diário de meia viagem.

22. No referido Processo nº 21.313/07 sugeriu-se que o DFTRANS fosse instado a se manifestar acerca dos tópicos abordados no aludido relatório de inspeção da Secretaria de Transparência e Controle. Assim, entendemos que esta questão não requer a adoção de novas providências nestes autos.

**Do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011-DIRAG/CONT**

23. A Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal realizou fiscalização no DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal, objetivando, entre outros, avaliar *“a operação do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF – STPC, no que tange a seus cadastros, processos e sistemas, em especial aos repasses referentes ao Passe Livre Estudantil”*, bem como *“a aderência da operação da FÁCIL – Brasília Transporte Integrado, entidade delegada para operar o SBA, às normas que a regulamentam, em especial à Lei 4.011/07, à Portaria 98/07 e aos Decretos 31.311/10 e 31.681/10, quanto aos aspectos de legalidade, regularidade e efetividade de suas atividades”*, fl. 277.

24. O resultado dos trabalhos foi apresentado no Relatório de Auditoria Especial 1/2011-DIRAG/CONT cuja cópia foi juntada às fls. 276/355. Esta Corte requisitou do DFTRANS manifestação acerca dos tópicos abordados no aludido relatório de auditoria mediante as Decisões nºs. 3752/11, 6148/11 e 4221/11<sup>6</sup>. Mesma solicitação constou da Nota de Inspeção nº 01-11760/2010-3ª ICE/Divisão de Contas, fls. 393/394.

25. Na resposta apresentada pela autarquia à aludida nota de inspeção não foram apresentados esclarecimentos acerca dos resultados apresentados na auditoria do controle interno.

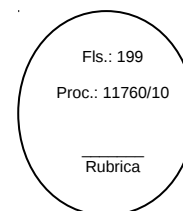
26. Em consulta, verificamos que tais questões foram abordadas na Nota

---

<sup>6</sup> Proferidas nos Processos nºs. 21313/07, 1584/11 e 31377/09, respectivamente.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



Técnica nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC<sup>7</sup>, fls. 406/434, mediante a qual a Secretaria de Transparência e Controle examinou as manifestações e ações empreendidas pelo DFTRANS em face do Relatório de Auditoria Especial nº 001/2011-DIRAG/CONT.

27. Acerca do item “III.b.1” da Decisão nº 1736/2010, que determinou o exame da adequação do instituto do convênio à contratação da empresa FÁCIL pelo DFTRANS, assunto abordado no Relatório de Auditoria Especial nº 001/2011-DIRAG/CONT, fls. 290/293, e na Nota Técnica de fls. 406/436, foram tecidas as seguintes considerações relacionadas às providências apresentadas pelo DFTRANS quanto aos pontos abordados no mencionado RAE:

*“5. Com a edição do Decreto nº 32.815, de 25 de março de 2011, determinando ao DFTRANS a assunção integral do exercício das competências anteriormente sob responsabilidade da Fácil, ou seja, gestão e operação do SBA. Para cumprir tal determinação foi editada a Instrução nº 51, de 29 de março de 2011, constituindo grupo de trabalho para realizar todos os atos preparativos e executivos destinados à assunção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA. Após a conclusão dos trabalhos desse grupo foram elaboradas as Instruções Nº 106, de 13 de julho de 2011, e Nº 107, de 14 de julho de 2011, a primeira declarando a nulidade do Convênio nº 001/2008 e a segunda declarando a ocupação temporária dos estabelecimentos e do pessoal da Fácil e nomeando e designando as atribuições da Comissão Executiva de Ocupação Provisória do SBA.*

*(...)*

*15. Apesar de ter sido declarada a nulidade do Convênio nº 01/2008, as recomendações continuam pertinentes, isto porque, os serviços referentes ao SBA continuavam a ser prestados pelas subcontratadas da Fácil, ou diretamente por alguns funcionários desta associação, e pagos com fundamento na ocupação temporária, art. 58, inciso V, da Lei nº 8.666/93. Logo, faz premente a observação da correta demonstração dos custos efetivamente praticados, para que os prestadores de serviço possam ser indenizados. Da mesma forma, quando efetivada a contratação dos serviços, após o devido processo licitatório, será necessário o efetivo acompanhamento e fiscalização do contrato.*

<sup>7</sup> Este documento consta do Processo nº 480.000.765/2010, apenso ao Processo-TCDF Nº 1584/11, de onde extraímos as cópias juntadas às fls. 406/436.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 200  
Proc.: 11760/10  
Rubrica

16. Nesse sentido cabe ressaltar que no item 1 do Relatório de Inspeção nº 01/2011 –DIMAT/CONIE/CONT/STC, ficou evidenciado, o superfaturamento no pagamento de uma das subcontratadas que recebia, mensalmente, até julho/2011, um valor líquido de R\$ 395.709,38. Após a Comissão instituída para gerir a assunção, ter passado a exigir a efetiva comprovação das despesas, a Valex só conseguiu comprovar os custos (...) de R\$ 226.612,96 (...)

17. Também ficou destacado, na auditoria realizada na Unidade, que várias despesas das operadoras do STPC-DF eram custeadas pela Fácil e ressarcidas pelo DFTRANS à mesma, ou seja, o DFTRANS custeava indiretamente alguns custos de determinadas operadoras (...)

18. Novamente faz-se necessário ressaltar que sejam instaurados os Processos Correcionais e de Tomadas de Contas Especiais, em caráter específico, conforme recomendado no Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011-DIRAG/CONT, cujos procedimentos formais não nos foram apresentados”

28. Outro ponto abordado pelo controle interno acerca das medidas adotadas pela Jurisdicionada foi a opção pela instituição de uma única comissão de sindicância para apuração de todas as irregularidades apontadas pela equipe de auditoria no RAE nº 01/2011-DIRAG/CONT, fl. 409:

“10. Quanto à segunda recomendação observa-se que, conforme fls. 182 e 185 do processo nº 480.000.765/2010, foi instaurada uma única comissão de sindicância, instituída pela Instrução nº 72, de 27/04/2011 (DODF nº 84, página 45), com o objetivo de atender a todas as recomendações contidas no RAE nº 01/2011-DIRAG/CONT e, ainda, as apurações referentes à operacionalização do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e quaisquer irregularidades detectadas no curso do processo. A referida Instrução ainda concedeu o exíguo prazo de 20 dias para a conclusão dos trabalhos.

11. Ressalta-se, que o Relatório de Auditoria Especial contém 29 pontos de auditoria, sendo que 14 desses pontos são recomendados: a instauração de processos correcionais, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, além de diversos processos de Tomadas de Contas Especiais, glosas e retenções. Esses pontos tratam de temas como: gestão financeira, patrimonial, contábil, operacional gestão do convênio, deficiências na fiscalização e assuntos relacionados à tecnologia da informação, o que torna completamente inviável que tal número de temas seja tratado, adequadamente, por uma única comissão de sindicância, em um tempo razoável.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**PRIMEIRA DIVISÃO**

Fls.: 201  
 Proc.: 11760/10  
 \_\_\_\_\_  
 Rubrica

*12. Corrobora esse entendimento o fato de que nenhum dos questionamentos da Solicitação de Auditoria nº 13/2011 relacionados às ações empreendidas pela Autarquia, no sentido de atender as recomendações do RAE nº 01/2011-DIRAG/CONT, foram respondidos, não sendo demonstrados os trabalhos, que supostamente, estariam sendo realizados pela referida comissão.*

*13. Assim, conclui-se que a ação empreendida pela Autarquia é ineficaz na apuração dos fatos e atribuição de responsabilidades pelos ilícitos praticados, visto que muitos destes podem até vir a prescrever diante da mora do DFTRANS, em apurar adequadamente os fatos.”*

29. Também foi ressaltado o fato de que, até a data da conclusão daquela Nota Técnica, não havia sido instaurado nenhum processo de tomada de contas especial para reparar os prejuízos identificados, fl. 409.

30. Em relação aos tópicos abordados no RAE nº 01/2011 específicos do Passe Livre Estudantil – PLE, observa-se que, em sua maioria, não houve a adoção de medidas saneadoras efetivas pela Jurisdicionada, conforme se depreende dos comentários de fls. 423/431:

*“3.4.2) FALHAS NO CADASTRO DE ESTUDANTES, NOS CONTROLES DE CARTÕES E CRÉDITOS – FÁCIL*

*(...)*

*46. Mesmo após a assunção, os créditos carregados nos cartões do SBA continuavam sem prazo de validade, pois não foi editada norma determinando qual seria o prazo de validade dos mesmos, permanecendo a irregularidade em relação ao art. 35 do Decreto 31.311/2010. Também não existe ainda a integração entre os sistemas do Metrô-DF e do SBA/DFTRANS, nem equipamentos de recargas de cartões em escolas para se proceder a recarga diária.*

*47. Conforme resposta a Solicitação de Auditoria nº 16/2011, a Comissão nomeada para assumir o SBA realizou, em 26/07/2011, treinamento aos servidores envolvidos no cadastramento dos beneficiários do Passe Livre Estudantil (digitadores, atendentes e analistas) visando inibir qualquer concessão indevida, especialmente, no que se refere ao deslocamento casa x escola x casa.*

*(...)*

*3.4.3) MODELO DE FISCALIZAÇÃO DE USO INDEVIDO DO PASSE LIVRE ESTUDANTIL UTILIZADO PELO METRÔ*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 202  
Proc.: 11760/10  
Rubrica

(...)

48. Com a assunção do SBA pela DFTRANS, as informações estão, supostamente, a disposição da Autarquia cabendo, daquela data em diante, a ela e ao METRÔ/DF fazer o controle dos recursos do Passe Livre Estudantil. Além disso, deve utilizar os relatórios do TDMAX, principalmente, o Relatório de Resgate de Créditos objetivando apurar as contas pretéritas do Passe Livre Estudantil, tendo em vista as diversas irregularidades apontadas no Convênio nº 01/2008 por essa Secretaria de Transparência e Controle.

(...)

3.4.4) DEFICIÊNCIA NA INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA PARA OS CARTÕES ESTUDANTIS

(...)

49. A resposta da unidade não faz menção ao estudo e essa equipe de auditoria não tem ciência de que ações estão sendo desenvolvidas, visando ampliar o desconto na passagem quando da integração também para o PLE. Cabe ressaltar que em sentido contrário a Lei nº 4.583, de 07 de julho de 2011, aumentou, significativamente os dispêndios do erário distrital com o PLE ao determinar em seu art. 2º que o Passe Livre Estudantil fosse integralmente custeado pelo Distrito Federal, ao invés de apenas 1/3.

(...)

3.4.5) USO INDEVIDO DOS CARTÕES ESTUDANTIS

(...)

50. Apesar de não nos ter sido respondido o item 5 da Solicitação de auditoria nº 11/2011, no qual se questionava quais medidas estavam sendo implementadas para diminuir o uso indevido do benefício do Passe Livre Estudantil. Essa equipe constatou que após a assunção foi implementado no SBA, pela Comissão via TDMAX, o bloqueio da utilização dos cartões dos estudantes em linhas não cadastradas, entretanto houve falha no bloqueio, especialmente no METRÔ/DF, conforme relatado no ponto 8 do Relatório de Inspeção nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC.

(...)

52. Cabe ressaltar também que até a data fim dos trabalhos de auditoria em campo não havia sido instaurado processo administrativo para apurar os prejuízos causados pelo uso irregular do benefício do PLE, nem nos foi apresentado o pertinente processo de Tomada de Contas Especial.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 203  
Proc.: 11760/10  
Rubrica

(...)

**3.4.6) NÃO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES SUFICIENTES PARA A GESTÃO DO PASSE LIVRE ESTUDANTIL**

(...)

53. Após a assunção do SBA pelo DFTRANS supõe-se que todas as informações estejam disponíveis para Autarquia, cabendo a ela realizar as análises necessárias para a correta gestão do benefício do PLE, inclusive, propondo mudanças nos relatórios do TDMAX, ou de outro sistema que venha a ser implantado para gestão do SBA.

(...)

**3.4.7) GESTÃO INADEQUADA DOS CRÉDITOS DE VIAGENS DO PASSE LIVRE ESTUDANTIL**

54. Após a assunção foi implementado no SBA, via TDMAX, o bloqueio de utilização de cartões dos estudantes em linhas não cadastradas, entretanto houve falha no bloqueio especialmente no METRÔ/DF, conforme relatado no ponto 8 do Relatório de Inspeção nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC. Observa-se que não foi noticiada pela autarquia a instauração do pertinente processo de Tomada de Contas Especial.

(...)

**3.4.8) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA INDEVIDA DA FAIXA CONTÁBIL DO PLE**

(...)

55. Essa equipe constatou que a faixa contábil Cidadão (4.1.1.85.99-100039-0) recebeu recursos da faixa contábil Vale Transporte, no montante de R\$ 100.000,00, mesmo após a assunção em 04/07/2011, vide o ponto 24 do Relatório de Inspeção nº 01/2011 – DIMAT/CONIE/CONT/STC, supostamente pelo mesmo motivo da irregularidade apontada neste ponto, qual seja, cobrir o saldo negativo na conta Cidadão. Observa-se que não foi noticiada pela autarquia a instauração do pertinente processo de Tomadas de Contas Especial.

(...)

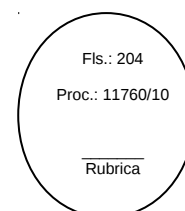
**3.4.9) INADEQUAÇÃO DOS CADASTROS DE ESCOLAS NO SBA PARA ATENDER AO PLE**

(...)

56. Durante os trabalhos de campo essa equipe constatou que as deficiências no cadastro, e nos formulários de cadastro, das escolas no TDMAX, apontados no relatório anterior persistiam. (...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



57. Cabe ressaltar que é imprescindível que o software esteja adequado até o final do presente ano, pois no começo do exercício são executados a maioria do cadastro de estudantes, logo, caso as deficiências do software não sejam sanadas ainda nesse exercício as falhas do cadastro permanecerão no exercício de 2012.

(...)

3.4.10) FALHAS NA VERIFICAÇÃO DA DISTÂNCIA ENTRE RESIDÊNCIA E ESCOLA COMO CRITÉRIO PARA HABILITAÇÃO AO BENEFÍCIO DO PLE

(...)

58. Durante os trabalhos de acompanhamento da assunção, essa equipe foi informada de que ocorreu um treinamento com os servidores do DFTRANS envolvidos no cadastramento dos beneficiários do Passe Livre Estudantil (...), visando inibir qualquer concessão indevida de benefício, especialmente naquilo que se refere ao deslocamento casa – escola – casa. A efetividade da ação poderá ser verificada nos próximos trabalhos na Unidade.

59. Porém, ainda carece a instauração do Processo Correcional para apurar as responsabilidades e procurar ressarcir o erário, além de sistematizar um procedimento de revisão periódica do cadastro.

(...)

3.4.11) CONCESSÃO DE PASSE LIVRE ESTUDANTIL A ESTUDANTES QUE JÁ GOZAM DO BENEFÍCIO DE GRATUIDADE INTEGRAL E ILIMITADA

(...)

60. Em relação à duplicidade entre os benefícios do PLE e o Passe Livre Rural e o Transporte Escolar Especial, nos quais os alunos são atendidos pro ônibus de empresas de transporte escolar, cuja despesa é custeada diretamente pela Secretaria de Educação do DF, essa equipe de auditoria questionou, (...), as ações empreendidas pela Autarquia para sanar as irregularidades. Constatou-se que até o fim dos trabalhos de campo dessa auditoria, o problema persistia, sendo que, apenas em 17 de agosto de 2011 foi enviado Ofício a Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional requisitando a relação de alunos atendidos por aquele órgão para que se fizesse o cruzamento de dados e o controle desses benefícios.

(...)

62. Entretanto, conforme relatado anteriormente a parte do processo de saneamento do cadastro que dependia de informações da Secretaria de Educação ainda permanecia pendente. Sugere-se estreitar o relacionamento com aquela Secretaria a fim de que sejam obtidas informações tempestivas, tanto para o cadastro de alunos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 205  
Proc.: 11760/10  
Rubrica

*quanto para o de escolas.*

*(...)*

*3.4.12) DEFICIÊNCIA DO SOFTWARE TDMAX PAR A GESTÃO E MONITORAÇÃO DOS DADOS RELATIVOS AO PLE NO SBA PELA DFTRANS*

*(...)*

*63. Permanecia como software de gerenciamento e operação da bilhetagem automática o TDMAX, fornecido pela TRANSDATA com as mesmas deficiências apontadas no relatório anterior desta Secretaria. Entretanto, após a assunção, o DFTRANS dispunha de acesso integral a base de dados do sistema, o que tornou possível o cruzamento de dados do cadastro do TDMAX e a verificação das duplicidades de benefícios das diversas linhas cadastradas, mas não autorizadas formalmente pela Autarquia e dos veículos irregulares cadastrados no sistema, entre outros pontos trazidos no Relatório de Inspeção nº 01/2011 – DIMAT/CONIE/CONT/STC.”*

31. Dos trechos acima transcritos é possível observar que as medidas adotadas pelo DFTRANS não foram suficientes para sanear as questões identificadas pelo controle interno e relacionadas no Relatório de auditoria Especial nº 01/2100-DIRAG/CONT.

32. Entretanto, deixaremos de tecer maiores considerações ou propor medidas adicionais a esse respeito pelo fato de que o Processo nº 1584/11 tem por objeto o referido relatório produzido pela Secretaria de Transparência e Controle.

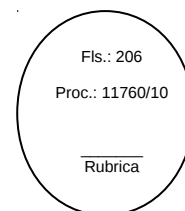
33. Ademais na Nota Técnica nº 01/2011, fls. 426 e 428, é destacado que alguns pontos ali abordados foram objeto de recomendação ao DFTRANS por meio do Relatório de Inspeção nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC. Conforme assinalado nos parágrafos 21/22, no Processo nº 21313/07 foi sugerida a solicitação de esclarecimentos à jurisdicionada acerca de tais questões e, portanto, não cabe aqui repetir a proposta.

**Do Processo nº 31.377/09**

34. O Processo nº 31.377/09 tem por objeto a análise da Representação nº 26/2009-CF, na qual a representante do Ministério Público junto ao TCDF requereu a realização de inspeção para averiguar os procedimentos acerca da concessão de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



gratuidade da tarifa do transporte coletivo urbano para estudantes que residam ou trabalhem a mais de 1 km do estabelecimento de ensino em que forem matriculados e, ainda, aspectos da Lei nº 4371, de 23/6/2009, que instituiu o mencionado benefício.

35. Na Informação nº 22/2011 (Processo nº 31.377/09), foram delimitados os tópicos a serem abordados naqueles autos, a saber:

- análise da compatibilidade da Lei nº 4.371/09, com as disposições do art. 71 da Lei Orgânica do DF;
- avaliação dos controles realizados na concessão do passe estudantil;
- exame da aplicação dos repasses efetuados pelo GDF à empresa Fácil para o passe livre estudantil;

36. A partir da inspeção levada a efeito no DFTRANS, o Corpo Técnico apresentou as seguintes conclusões<sup>8</sup>:

*22. As apurações efetuadas pela equipe de inspeção, bem como pela então Corregedoria Geral do Distrito Federal, no intuito de responder às indagações das representações relacionadas no capítulo III desta informação, demonstraram a fragilidade do controle e da fiscalização do DFTRANS na gestão dos recursos do Passe Livre Estudantil. Ficaram evidenciadas a precariedade da prestação de contas e as falhas no cadastro dos beneficiários, tornando o sistema vulnerável a erros e fraudes.*

*23. Apesar de órgão gestor do sistema, mostrou-se patente que o DFTRANS não detém acesso livre aos dados do SBA para exercer suas competências, recebendo da Fácil meros relatórios confeccionados fora do sistema.*

*24. Evidenciada também ficou a existência de diversas falhas no cadastro dos estudantes, o que, a princípio, trouxe danos ao erário. Da mesma forma, para respondermos com precisão a indagação dos deputados, consubstanciada na Representação sem nº, se faz necessário que haja instauração do competente processo de Tomada de Contas Especial<sup>9</sup>, de forma que se apurem os valores efetivamente*

<sup>8</sup> Informação nº 22/2011-Processo nº 31.377/09.

<sup>9</sup> “A violação ao devido processo legal, mesmo quando assegurada ampla defesa e o contraditório, pode acarretar a nulidade da decisão porque constitui uma garantia mais ampla, abrangendo a definição prévia do procedimento estabelecido em Lei, como arrolamento de testemunhas, litude das provas, etc., bem como o prévio delineamento de suas fases, de tal modo que no curso da ação não seja o agente surpreendido. Sendo observado o princípio do devido processo legal, certamente é



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**PRIMEIRA DIVISÃO**

Fls.: 207  
 Proc.: 11760/10  
 Rubrica

*utilizados pelos estudantes, como proposto nos itens precedentes desta instrução.*

*25. Ressaltamos que, além das sugestões já efetuadas no decorrer da instrução, pensamos que o Tribunal possa assinalar como de influência no julgamento das contas referentes ao exercício de 2010, a má-gestão dos recursos destinados ao passe livre, onde foram repassados mais de 30 milhões somente no primeiro semestre de 2010, sem que houvesse uma prestação de contas confiável, além do acesso e conferência, no mínimo amostral, do cadastro de estudantes e da utilização dos passes.*

*26. Ainda, entendemos que deva ser dado conhecimento ao Ministério Público junto ao TCDF, em vista da representação ofertada, ao autor do requerimento de fls. 304/305 e aos então deputados signatários do documento de fls. 36/39.*

*27. Destacamos a profundidade do tema tratado no Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011 – DIRAG/CONT da Corregedoria-Geral que abordou os principais pontos que envolveram a questão referente ao passe livre estudantil.*

*28. Por fim, salientamos que, após a conclusão da presente instrução, deu entrada nesta Corte o OF. Nº 778/2011-GAB/DFTRANS e anexos (fls. 314341), indicando algumas providências adotadas pela Companhia em relação aos fatos apontados pela Corregedoria-Geral. De uma análise rápida desses documentos, depreendemos que as informações ali contidas não alteram as sugestões ora ofertadas, razão pela qual manteremos nosso posicionamento.”*

37. Ao tomar conhecimento dos trabalhos realizados o Tribunal proferiu a Decisão nº 4221/2011, com o seguinte teor<sup>10</sup>:

*“(...) II) determinar ao DFTRANS que: a) instaure TCEs (nos moldes propostos no § 18 do Parecer nº 708/2011) para apurar possíveis prejuízos ao erário em vista da concessão do benefício para estudantes que não estavam perfeitamente identificados (nome, endereço, escola), residentes a menos de 1km da escola e beneficiários de outros programas de gratuidade ou contemplados*

atendido o postulado da ampla defesa, mas a recíproca não é verdadeira.

Quando v.g. a Lei estabeleceu que ‘diante da omissão no dever de prestar contas, da não-comprovação da aplicação dos recursos..., da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário... deve ser instaurada tomada de contas especial’, o legislador definiu o processo devido para a apuração da irregularidade” – in FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tomada de Contas Especial. 1ª edição. 1996. Brasília Jurídica. Pg.32.

<sup>10</sup> O item “II.a” é objeto do Processo nº 30.998/2011.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 208  
Proc.: 11760/10

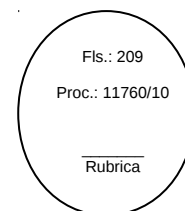
Rubrica

com transporte escolar, decorrentes do carregamento de cartões pelos créditos máximos (54 mensais) sem que tenha havido utilização pelo estudante, mas o DFTRANS tenha efetuado o repasse uma vez que esse era feito anteriormente à recarga, decorrentes da não equivalência entre pagamentos e geração de créditos internos ocorridos; b) adote providências para dar cumprimento ao art. 1º, § 4º, inciso I, da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010; c) execute, de imediato, uma revisão completa no banco de dados dos estudantes beneficiados pelo passe estudantil; d) efetue estudos acerca da adequabilidade da proposição do controle interno quanto à regulamentação de prazo de validade para os cartões dos usuários do STPC/DF, em todas as suas modalidades, e para os créditos neles carregados, adequando-se o Sistema de Bilhetagem Eletrônica com os prazos estabelecidos; e) obtenha da FÁCIL e do Metrô acesso integral à base de dados do sistema, conforme disposto no art. 12, parágrafo único, da Lei nº 4.462/2010, com redação dada pela Lei nº 4.494/2010; f) faça cumprir o disposto no art. 10 e parágrafos da Instrução nº 69, de 26 de abril de 2010/DFTRANS; g) execute as atividades de sua competência definidas no artigo 4º do anexo ao Decreto nº 31.311/2010, de forma a garantir a efetiva geração dos créditos correspondentes às transferências financeiras; h) monitore periodicamente a faixa contábil relativa ao PLE, a fim de evitar que movimentações estranhas à finalidade desta conta; i) esclareça os reais motivos e as consequências, especialmente financeiras, da movimentação contábil indevida relatada pelo controle interno no tópico 3.4.8 do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011 - DIRAG/CONT. III) determinar ao DFTRANS e ao METRÔ que observem o disposto no § 3º ao art. 4º da Lei nº 4.462/10, acrescido pela Lei nº 4.494/10; IV) com fulcro no inciso VII do artigo 1º da Lei n.º 01/94 e no artigo 3º, § único, inc. IV, alínea "a", do RI/TCDF, demandar da FÁCIL prestação de contas dos exercícios de 2009 e 2010, em regime de urgência; essa prestação de contas, em meio magnético, deve demonstrar claramente: a) mês a mês, os recursos financeiros recebidos pela FÁCIL para crédito nos cartões de estudantes; b) o número e valor de passagens efetivamente utilizadas pelo público-alvo; c) a discriminação (por cartão, local e data) dos valores recarregados, das passagens utilizadas e do saldo remanescente; V) dar ciência desta decisão ao Ministério Público junto ao TCDF, em vista da representação ofertada, ao autor do requerimento de fls. 304/305 e aos então deputados signatários do documento de fls. 36/39; VI) autorizar: a) a inclusão dos autos como de influência nas contas dos gestores do DFTRANS referentes ao exercício de 2010, ante à total falta de controle e de demonstração da





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



*aplicação dos recursos repassados ao passe livre estudantil; (...)"*

***Da análise***

38. Preliminarmente, cumpre destacar que estes autos eram originariamente de competência da então 3ª Inspeção de Controle Externo, tendo sido iniciado o acompanhamento *in loco* da situação aqui examinada naquela Unidade Técnica, fls. 393/394. Posteriormente, em decorrência da Portaria nº 188/2011 que definiu novas áreas de atuação para as Inspeções de Controle Externo, estes autos foram encaminhados à Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE<sup>11</sup>, em 01.06.2011, sem que o procedimento de inspeção estivesse concluído.

39. Ante tal quadro, a demora na instrução deste Processo pode ter desatualizado alguns dados informados pela jurisdicionada. Além disso, da análise realizada é possível verificar que diversos pontos ainda carecem de maiores esclarecimentos do DFTRANS. Tais fatos impedem o prosseguimento dos trabalhos, razão pela qual sugerimos sejam realizadas diligências junto àquela autarquia a fim de obter informações atinentes aos seguintes tópicos:

- 1) providências adotadas em face do Relatório Final produzido pelo Grupo de Trabalho constituído pela Instrução de Serviço nº 79, de 07 de maio de 2010, Processo nº 098.001.326/2010, vez que naquele documento foram apontadas diversas irregularidades com indícios de prejuízos ao erário, conforme parágrafos 10/11;
- 2) resultado do exame procedido nos documentos anexados pela Fácil, às fls. 100 a 190 dos presentes autos, conforme determinado pelo item III da Decisão nº 2280/2010;
- 3) medidas tendentes a sanear as seguintes irregularidades identificadas no Relatório de Revisão do Cadastro Estudantil, constante às fls. 94/95 do Processo nº 098.000.793/2011, consoante parágrafos

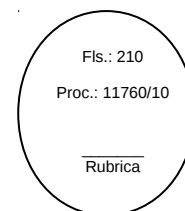
---

<sup>11</sup> Com a nova estrutura dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, atualmente a Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE passou a ser denominada Primeira Divisão de Acompanhamento, estando vinculada à Secretaria de Acompanhamento, nos termos da Resolução nº 228/2011.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



15/16:

- a) dados divergentes no cadastro de estudantes;
- b) problemas relacionados com o preenchimento dos campos nos sistemas da FÁCIL;
- c) problemas de software;
- d) problemas na análise de linhas e tarifas.

40. Por outro lado, em face da complexidade da questão, entendemos que o exame fragmentado em diversos autos, além de ser contraproducente, pode ocasionar confusão processual e adoção de medidas conflitantes. Assim, faz-se necessário criar um novo direcionamento para análise destes autos e dos demais que tratam da matéria.

41. Cotejando os temas abordados neste Processo (Passe Livre Estudantil) com o objeto dos Processos nºs 31377/09, 21313/07 e 1584/11, verifica-se a interdependência dos mesmos<sup>12</sup>. A esse respeito, o próprio Ministério Público que atua junto a esta Casa acena para a possibilidade de fiscalização única em função da identidade dos objetos (Ofício nº 075/2011-MPC/PG, fl. 398).

42. Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual, observa-se ser possível a análise conjunta dos aludidos autos, vez que estão em fase de diligência, fls. 441/443. Além disso, é possível verificar que os mesmos questionamentos foram feitos em mais de um processo, como por exemplo, o requerimento da manifestação do DFTRANS acerca dos tópicos abordados no Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011-DIRAG/CONT, conforme relacionado nos parágrafos 21/33<sup>13</sup>. Salienta-se ainda a extrema similaridade do assunto destes autos com aquele discutido no Processo nº 31377/09, especialmente no que diz respeito ao controle e fiscalização do DFTRANS na gestão dos recursos do Passe Livre Estudantil.

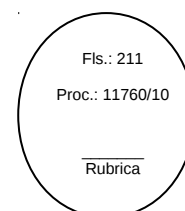
43. Importa ressaltar que obtivemos junto à Secretaria de Auditoria a

<sup>12</sup>Importa destacar que estão sob responsabilidade desta Divisão de Acompanhamento a análise destes autos e do Processo nº 21313/07.

<sup>13</sup> Essa informação foi requerida nos Processos nºs. 21.313/07 e 1584/11.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



informação que, além do Processo nº 1584/2011, existe previsão na programação de 2012 daquela SEAUD de realização de auditoria no DFTRANS para avaliação do Sistema de Bilhetagem Automática.

44. Considerando a complexidade e a abrangência de temas, dos mais diversos ligados ao Sistema de Transporte Público do DF – STPC/DF, entendemos que a modalidade auditoria é a que irá trazer resultados mais satisfatórios para a sobreposição de objetos e procedimentos que envolvem este e os processos acima mencionados<sup>14</sup>.

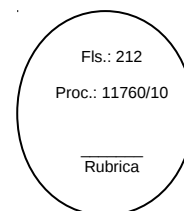
Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Tribunal que:

- I. tome conhecimento:
  - a) do Processo nº 098.000.793/2011-Apenso;
  - b) dos demais documentos anexados aos autos, fls. 404/440;
- II. determine à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente esclarecimentos circunstanciados acerca dos seguintes pontos:
  - 1) providências adotadas em face do Relatório Final produzido pelo Grupo de Trabalho constituído pela Instrução de Serviço nº 79, de 07 de maio de 2010, Processo nº 098.001.326/2010, vez que naquele documento foram apontadas diversas irregularidades com indícios de prejuízos ao erário;
  - 2) resultado do exame procedido nos documentos anexados pela Fácil, às fls. 100 a 190 dos presentes autos, conforme determinado pelo item III da Decisão nº 2280/2010;
  - 3) medidas tendentes a sanear as seguintes irregularidades identificadas no Relatório de Revisão do Cadastro Estudantil,

<sup>14</sup>Observe-se que na instrução que deu suporte à última decisão prolatada na auditoria objeto do Processo nº 1584/11, consta como nota o seguinte excerto: *“Tramitam na Corte os Processos 31.377/2009, 11.760/2010 e 13.347/2010, cujas conclusões devem ser levadas em conta na oportunidade do exame meritório dos presentes autos”*.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



constante às fls. 94/95 do Processo nº 098.000.793/2011:

- a) dados divergentes no cadastro de estudantes;
- b) problemas relacionados com o preenchimento dos campos nos sistemas da FÁCIL;
- c) problemas de software;
- d) problemas na análise de linhas e tarifas;

III. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da instrução à jurisdicionada para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item anterior;
- b) a devolução dos autos.

À superior consideração,  
DIACOMP1, em 11/04/2012.

---

**ELIANE LEITE DE SOUSA RODRIGUES**  
ACE - 553-3

De acordo.  
À consideração do Sr. Secretário.  
DIACOMP1, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

---

**Primeira Divisão de Acompanhamento**  
**LÚCIA TAEKO WATANABE**  
Diretora-Substituta